



6425

# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO I

ANO XVI - Nº 153

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 1961

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

Sessões conjuntas convocadas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, atendendo a solicitações formuladas na sessão conjunta de 23 do corrente, com aquiescência do Plenário, resolve alterar o programa estabelecido para a apreciação dos vetos presidenciais pendentes de pronunciamento do Congresso Nacional, na forma abaixo:

- a) cancelar a convocação feita para 25 do mês em curso;
- b) convocar sessão conjunta a realizar-se no dia 25 de setembro próximo, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, com a Ordem do Dia que fora estabelecida para a de 30 do corrente, a saber:
  - 1 - veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.566, de 1960, na Câmara e nº 33, de 1960, no Senado, que equipara a extradeterminados mensaisistas da União servidores das ferrovias federais incorporadas à Rede Ferroviária Federal S.A., admitidos até 30 de setembro de 1957 e que contem ou venham a contar 5 anos de exercício;

- 2 - veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.073, de 1960, na Câmara e nº 99, de 1961, no Senado, que estende aos servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e da Campanha Nacional de Tuberculose os benefícios da Lei número 3.453, de 8 de dezembro de 1958 e da outras providências;
- 3 - veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.688, de 1960, na Câmara e nº 95, de 1961, no Senado, que estende os benefícios da Lei número 3.453 de 8 de dezembro de 1958, ao pessoal técnico do Departamento Nacional de Endemias Rurais.
- c) destinar a sessão de 30 do corrente ao prosseguimento do estudo da matéria designada para as de 23, 24, 28 e 29, a saber:
  - veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 386, de 1959, na Câmara e nº 58 de 1961 no Senado, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores.

Senado Federal, 24 de agosto de 1961.

AURO MOURA ANDRADE  
Vice Presidente no exercício da Presidência

### 3ª Sessão Legislativa da 4ª Legislatura

#### PEQUENO EXPEDIENTE

- Oswaldo Zanelo
- Benjamin Farah
- Floriano Paixão
- Franco Montoro
- Geraldo Guedes
- Dáger Serra
- Antônio Dino
- Antônio Carlos
- Passos Fôrto
- Padre Nobre - 25-8.
- Yukschegue Tamara - 25-8.
- Furtado Leite - 25-8.
- Chagas Freitas - 29-8.
- Cragas Freitas - 29-8.
- Arno Arnt - 1-9.
- Anísio Rocha - 4-9.
- Ari Pitombo - 4-9.
- Ferreira Nunes - 5-9.
- Jonas Bahiense - 5-9.
- José Menck - 5-9.
- Aniz Badra - 5-9.
- José Silveira - 5-9.
- Último de Carvalho - 5-9.

#### Oradores inscritos para o mês de setembro de 1961

#### GRANDE EXPEDIENTE

- Euzébio Rocha
- Gabriel Gonçalves
- Oswaldo Zanelo
- Carmelo D'Agostino
- Mário Beni
- Abel Rafael
- Manoel de Almeida

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### REUNIÕES MARCADAS PARA QUARTA-FEIRA

DIÁ 6 DE SETEMBRO DE 1961

#### Comissões Permanentes

- I - De Constituição e Justiça - Turma "B", às 15 horas e 30 minutos.
- II - De Educação e Cultura, às 15 horas.
- III - De Legislação Social, às 15 horas e 30 minutos.
- IV - De Orçamento e Fiscalização Financeira - Turma "E", às 15 horas e Reunião "Plena", às 16 horas.
- V - De Relações Exteriores, às 15 horas e 30 minutos.
- VI - De Saúde, às 15 horas e 30 minutos, na Sala 215.

#### Comissão Especial

Da Baía de São Francisco, às 15 horas, no 16º andar.

- Clélio Lemos
- Padre Nobre
- Arno Arnt
- Edgard Freire
- Dáger Serra
- Lourival de Almeida
- Neiva Moreira
- Dervile Alegre
- Eraldo Freire
- Humberto Lucena
- Afonso Ceiso
- Rezende Monteiro
- Aniz Badra
- Ceiso Brant
- Broca Filho
- Cesar Cunha
- José Sarney
- Hamilton Prado
- Waldir Simões
- Araldo Cerdeira

- Maurício Joppert
- Henry Normaton
- José Menck
- Eloy Dutra
- Batista Ramos
- Chagas Freitas
- Gurgel do Amaral
- Carvalho Sobrinho
- Pereira Nunes
- Nelson Omega
- Breno da Silveira
- Sérgio Magalhães
- Wilson Calmon
- Bezerra Leite
- Giordano Alves
- Nicolau Tuma
- Lustosa Sobrinho
- José Silveira
- Cunha Bueno
- Valério Magalhães

- Cardoso de Menezes
- Bento Gonçalves
- Lyelo Hauer
- Yukschegue Tamara
- Benjamin Farah
- Milton Reis
- Luiz Etouzeado
- Euzébio Rocha
- Jonas Bahiense
- Passos Fôrto

Ordem do Dia marcada pelo Senhor Presidente para a sessão de 6 de setembro de 1961

Em Prioridade

Projeto nº 282-A-59.  
Projeto de Resolução nº 27-A-59

Projetos ns.:

- 2.646-A-57 - 550-A-59 - 1.373-A de 1959 - 4.634-A-58 - 1.473-A de 1956 - 1.931-A-60 - 1.836-A-60 - 2.934-61 - 26-A-59 - 2.181-A-60 - 2.832-A-61 - 2.329-A-60 - 1.884-A de 1960 - 1.103-A-59 - 2.343-A-61 - 3.329-A-57 - 23-A-59 - 20-A-59 - 2.560-A-60 - 724-A-59 - 895-A-59 - 2.150-A-60 - 283-A-59 - 130-A-55 - 1.731-A-61 - 3.221-61 - 4.594-A de 1958 - 4.235-A-58 - 452-A-59 - 413-A-59 - 2.037-A-60 - 3.787-A-58 - 2.712-A-61 - 1.137-A-60 - 1.235-A de 1959 - 1.891-C-60 - 1.831-A-60 - 2.716-A-61 - 3.711-A-58 - 4.061-A de 1958 - 845-A-55 - 2.585-A-60 - 2.506-A-60 - 2.960-A-61 - 2.721-A-61 - 2.722-A-61 - 1.591-A-60 - 503-A de 1959 - 669-A-59 - 3.721-A-58 e 2.902-A-61.

fiança povo maranhense posição vossência defesa integral respeito dispositivos constitucionais vigentes pt Atenciosas saudações — *Travesso Furtado* — Primeiro Secretário Assembléia Legislativa Maranhão”.

Sr. Presidente, esta moção é-me tanto mais grata pela circunstância de proceder da nobre Assembléia Legislativa do meu Estado, onde têm assento adversários meus, do Partido Social Democrático, ali majoritários. Mas eu tinha certeza de que, votando contra a emenda parlamentarista, nas circunstâncias em que foi apresentada nesta Casa, assumindo posição em defesa da legalidade democrática e reivindicando a posse pura e simples do Sr. João Goulart nos termos em que foi eleito, expressava não apenas o ponto de vista dos correligionários do meu Estado, mas de todo o Maranhão, como se afere do pronunciamento dos representantes do seu bravo povo.

O País está atônito, perplexo, com o que ocorre nos meios políticos, quando nos afundamos nos cochichos, para não dizer nos cochichos. A impressão se tem, hoje, nos meios políticos, é de um jogo de futebol americano. Creio não ser V. Exa. Sr. Presidente aficionado desse esporte. Também não o sou, mas tenho visto no cinema algumas dessas partidas, onde se observa um grupo de jogadores reunidos em torno de alguma coisa, que até parece imaginária, que se presume seja a bola em cochichos, um marcando o outro, num estado de excitação pela posse da coisa. Repentinamente, um sai com a bola para destino ignorado, parecendo haver ganho a partida. Estamos em atitude semelhante. Já ontem o Partido Social Democrático indicou o Primeiro Ministro, enquanto alguns oficiais da Aeronáutica ainda estavam tratando da “operação mosquito”, e o partido o fez acodadamente, revelando completa despreocupação pelos interesses fundamentais do País. Exemplo de desambição deveríamos dar com o nosso procedimento, para nos impormos ao respeito da Nação. Ora, Sr. Presidente, já se cogita por aí agora — e ainda antecorrem este em contato com jovem advogado de Brasília que me mostrou estudo realizado — de lançar uma campanha nacional pelo revisionismo, contra determinado dispositivo da lei aqui aprovada naquela histórica madrugada — para uns madrugada histórica, para outros lastimável madrugada, de qualquer maneira madrugada de trabalho cansativo, exaustivo — para que todos nós pudéssemos colaborar numa solução política e constitucional do problema da crise brasileira.

Pois bem, já se trata aí de uma campanha nacional de revisão da emenda parlamentarista, sobretudo para devolver ao povo o direito de eleger o Presidente da República e seus Governadores. Se realmente pensamos eleger o Presidente da República daqui a 4 anos e tanto num ambiente de fútilo, de entendimentos, de toma lá, dá cá, como o que estamos vivendo na Câmara e no Senado, evidentemente veremos frustradas as esperanças deste País e mutilado o regime naquilo que tem de mais essencial, de mais puro.

Por tudo isso se verifica que estamos num momento muito difícil da conjuntura política nacional. Precisamos pois, agir com bom senso, com despendimento, precisamos pensar em termos altos, em termos nacionais. Temos aqui três ou quatro grandes partidos, todos com poderosa representação na Casa. Não quero dizer, absolutamente, que os partidos abrissem mão de seus princípios doutrinários, das suas prerrogativas ideológicas, dos seus programas, que promovessem entendimentos altos, visando sobretudo a preservar conquistas que não foram desta Casa apenas, do anterior Congresso, mas realmente da luta do povo, na sua constante aspiração de aprimora-

mento político e independência econômica.

Sr. Presidente, estamos saindo de uma crise militar que, no fundo, é a expressão de uma crise política, econômica e social. Como sabemos, já foram emitidos, nos últimos meses, sobretudo nas últimas semanas, cerca de 80 bilhões de cruzeiros, três vezes o investimento de Brasília, e, nesse caso, sem objetivos reprodutivos. Uma parte desse dinheiro, acredita-se, será recolhida ao Tesouro mas a maior porção se manterá no meio circulante brasileiro e aumentará a inflação. Essa massa gigantesca de dinheiro, lançada no mercado, fatalmente redundará no aumento dos preços das utilidades e criará a crise social, decorrência imediata da crise econômica. Que remédio o Senado e a Câmara estão buscando para atender a essa grave situação? Organizando um governo reacionário, com homens inteiramente superados que não têm mais mensagens para o povo brasileiro, nem sequer capacidade para acompanhar a realidade do nosso País, enfim figuras de museu da vida pública nacional. Sabemos perfeitamente que a reação ganharia uma batalha, mas não a guerra. Dentro de poucos meses estaríamos mergulhados na crise social com greves, paralisação da vida do País, com crises políticas dentro desta Casa e fora dela, de forma a lançar o Brasil numa convulsão não apenas militar mas estrutural, que poderá destruir todo o arcabouço político e constitucional do País.

Fazemos, pois, um apelo a desambição, ao desprendimento e ao bom senso, sobretudo aqueles que já estão vestindo a casaca de primeiro ministro ou aqueles outros, preocupados exclusivamente com posições ministeriais, que acreditam possam, com isso, salvar-se da voragem que está liquidando suas esperanças de se perpetuarem no poder através de artifícios políticos, com a imposição de um governo reacionário, demasiadamente conservador para o nosso País. Este apelo é a advertência que o País inteiro faz, certo de que só assim teremos chances de sair da crise em que nos envolvemos. *(Muito bem)*.

**O SR. JOSÉ MENCK:**

*(Para uma comunicação. Sem revisão do orador)* — Sr. Presidente, ouvimos desta tribuna, há poucos instantes, vozes expressivas desta Casa do Parlamento, que significam, realmente, o pensamento de parcela da opinião pública.

Neste momento de convulsão nacional, enquanto o País está em vias de sair de uma crise político-militar graças ao trabalho de muitos dos Srs. representantes do povo, de maneira especial, do Sr. Presidente do Congresso Nacional, voltamos a tribuna para fazer um apelo aos homens públicos, aos responsáveis diretamente pelo novo regime e, mais diretamente, pela sua consolidação. É necessário que esta revolução branca, pelo voto dos representantes do povo, tenha eco profundo na opinião pública. É necessário que a paz volte a reinar nos lares brasileiros. Com a posse do Presidente da República, impõe-se a formação de um gabinete de alto gabarito, que corresponda à confiança nacional e de cujas responsabilidades todas as forças vivas da Nação, todas as forças político-partidárias participem.

Os homens de boa vontade de nossa terra não de convir, estou certo, em que realmente o Governo deve ser voltado para o povo, tendo no seu Gabinete os legítimos representantes de todas as parcelas da opinião pública nacional. *(Muito bem)*.

**O SR. MIGUEL BAHURY:**

*(Para uma comunicação. Sem revisão do orador)* — Sr. Presidente, Srs. Deputados, reina novamente a paz no seio de Abraão. O Brasil volta, segundo notícias, as mais autorizadas, à sua tranquilidade tão justamente merecida. Não rememorem fatos desagradáveis, Sr. Presidente,

mas rendamos um tributo, um justo louvor à imprensa inteira do País. Digo à imprensa inteira, porque os poucos jornais que porventura contra a opinião pública, contra a verdade e contra a lei se tenham insurgido são de tal forma inexpressivos que se não podem contar entre os que possam receber realmente o título de integrantes honrosos e honrados da imprensa brasileira. Rendamos a nossa homenagem, Sr. Presidente, à verdadeira imprensa nacional, à imprensa deste país, através de veículos de todos os quadrantes, inclusive do rádio arrolhado em tempo pelas autoridades coatoras, mas mesmo assim quanto dóde fez coro com os jornais, defendendo a legalidade, defendendo o direito legítimo do povo, que se tem a aspirar a sua paz, a sua tranquilidade, e o desenvolvimento de sua pátria, antes e acima de tudo. Paralelamente a essa homenagem que se presta à imprensa, rendamos também, com razão maior, uma homenagem ao povo brasileiro, aos homens de todas as classes, de todos os ramos de atividade, que, sem embargo e sem receio, se atiraram às ruas, saíram do conforto do seu lar, para a defesa intransigente do regime. Num apoio que deu a esta Câmara o fortalecimento e a coragem com que ela se houve para a votação dessa modificação da Constituição, que trouxe, queiram ou não aqueles que contra a medida se rebelaram, novamente a paz e a tranquilidade aos lares brasileiros.

Desejo que a Casa saiba, Sr. Presidente, porque V. Exa. já tem deste conhecimento: tão bons serviços prestaram à Pátria aqueles que, por convicção, votaram contra a emenda, quanto aqueles que, também por convicção e por amor maior — por que não dizê-lo? — à tranquilidade de pátria, votaram pela reformulação do regime.

Por covardia ninguém votaria nesta Casa. Acredito que alguns, por demagogia. Depois de, naquela sessão memorável do Congresso se manifestarem concordes com a medida, no dia seguinte, por se sentirem fortalecidos, votaram contra, resolveram fazer média com os eleitores. Não foi o caso da maioria.

Sr. Presidente, respeito, com a obrigação que a todos nós deve ser peculiar, o direito de quem se opôs à medida, mas exijo que se respeite, a tantos quantos, como seu modesto colega, votaram pelo parlamentarismo como fórmula de salvação nacional.

Quero que a Casa saiba o que já disse e agora repito: só votei por essa emenda depois que os líderes do PTB trouxeram a esta Casa a palavra do Sr. João Goulart, único interessado na manutenção deste status ou na sua reformulação. S. Exa., por amor à Pátria, preferiu que se modificasse o regime. Então não há porque nem como submetêrmo-nos a admoestações. Quero lançar o meu protesto contra os que assim procedem, principalmente contra a forma descoradas por que se tem portado o Sr. Leonel Brizola que, através de uma entrevista concedida aos jornais de domingo, neste sentido se manifestou: “Brizola não quer o parlamentarismo. Acusa o Congresso de ter cedido à pressão militar.”

E diz mais: “O Governador gaúcho acusou também o Congresso de não ter nem ao menos obtido a anuência do presidente constitucional...” — o que não é verdade; houve a anuência do Sr. João Goulart — “... tendo aprovado a emenda parlamentarista na calada da madrugada, a toque de caixa”.

O Sr. Clemens Sampaio — E’ a absoluta verdade.

O Sr. MIGUEL BAHURY — E acrescentou: “Não há necessidade desta humilhação do Congresso, desta humilhação do eleitor, desta humilhação do Brasil, desta imoralidade.”

O Sr. Clemens Sampaio — Imoralidade é a daqueles que assim vota-

ram. E’ a absoluta verdade. O Congresso se agachou.

O SR. MIGUEL BAHURY — V. Exa. é dos que não respeitam a maioria da Casa a que pertence.

O Sr. Clemens Sampaio — O povo não aceita o parlamentarismo encoberto à última hora, sob a pressão de um grupo de militares, que preferiu arrolhar a liberdade no Brasil.

O SR. MIGUEL BAHURY — Não importa a valentia de fãncaria. Não importa a grita.

O Sr. Clemens Sampaio — Não é valentia, mas é a verdade.

O SR. MIGUEL BAHURY — Estamos habituados a enfrentá-la. Enfrentamos o próprio povo, o qual tem muito mais valor do que aqueles que não sabem representá-lo. O nobre colega Clemens Sampaio sabe do grande respeito e estima que lhe deob; mas não tem o direito de falar ao respeito para com a maioria do Congresso a que pertence.

O Sr. Clemens Sampaio — Faltar ao respeito, não. Votei contra aquilo que considero uma indignidade, um escárnio à Nação, uma imoralidade praticada na calada da madrugada.

O SR. MIGUEL BAHURY — E’ um direito de V. Exa.

O Sr. Clemens Sampaio — Tireuse o povo o direito de se pronunciar, de escolher seu Presidente. Esta a realidade.

O SR. MIGUEL BAHURY — O povo, através desta Casa do Congresso, manteve na Presidência o homem que escolheu. Não esqueçam os homens do Partido Trabalhista Brasileiro que votaram contra, que nós, por unanimidade, aprovamos a emenda, com a qual o Congresso se obrigava dentro de reformulação, a aceitar “conditio sine qua non” — o Sr. João Goulart na mais alta curul da República.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Magalhães) — A Mesa faz um apelo ao orador para que conclua suas considerações, pois o tempo de que dispõe está esgotado.

O Sr. Clemens Sampaio — Deram-lhe um golpe.

O SR. MIGUEL BAHURY — Lamento apenas a atitude dos inconformados, daqueles que, a despeito da estima e do apreço que merecem dos colegas, não respeitam a maioria democrática, que ainda impera neste País.

O Sr. Clemens Sampaio — Estamos e com o povo. O povo está envergonhado, mais que decepcionado.

O SR. MIGUEL BAHURY — O povo não está contra o Congresso. O povo rende a este Congresso a homenagem mais justa que ele pode receber. Não votamos por covardia. E’ mister grite esta Casa bem alto: não houve covardia de quem quer que seja. Existe o excesso de bravata daqueles que não se querem submeter à vontade da maioria do povo brasileiro, que nós representamos.

O Sr. Clemens Sampaio — Houve foi golpe.

O SR. MIGUEL BAHURY — Golpe maior foi o desses valentes de fãncaria que à última hora fugiram dos compromissos assumidos. Congresso e povo estão acordes.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Magalhães) — Atenção!

O SR. MIGUEL BAHURY — Senhor Presidente, encerro minhas considerações agradecendo a V. Exa. a tolerância e repetindo a minha repulsa ao inconformismo injustificado daqueles que não sabem sequer respeitar a vontade democrática. *(Muito bem)*.

**O SR. JOSUE DE CASTRO:**

*(Para uma comunicação — Sem revisão do orador)* — Sr. Presidente, para conhecimento desta Casa e da Nação inteira, tenho a honra de ler o seguinte documento, preparado pela

Frente Parlamentar Nacionalista, acerca do atual momento político;

**\*MANIFESTO DA FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA**

Nesta hora histórica, em que se processa uma radical transformação no sistema político brasileiro, com a implantação do regime parlamentarista, a Frente Parlamentar Nacionalista, obedecendo às mais puras inspirações de patriotismo e de zelo pelos destinos da Nação, sente-se no dever de pedir a atenção dos nobres representantes do Povo, nesta Casa, para os seguintes pontos, cujo exame julga de capital importância:

I — Seria trair os desejos de renovação, veementemente manifestados pelo povo brasileiro, dar ao novo regime, instaurado pelo Congresso Nacional, um espírito velho, impregnado da mesma substância política que conduziu ao desmoronamento o regime presidencialista.

II — Dêsse modo, se, no recrutamento dos homens que vão receber as responsabilidades de governo, não forem auscultadas as genuínas aspirações nacionais, mas, pelo contrário, persistirem os conciliabulos, as negociações de cúpula, dissociadas dos verdadeiros interesses da coletividade, os apetites subalternos, as ambições de indivíduos ou de grupos, que tanto têm infelicitado este País, terão falhado todos os esforços da pacificação nacional e possivelmente o Brasil engolfará na luta fratricida que pode ser evitada neste momento crítico da vida nacional.

III — E', pois, imperativo que para o regime novo se formule um pensamento político renovador, capaz de impulsionar, com firmeza e decisão, as reformas estruturais imprescindíveis ao autêntico desenvolvimento e à integral emancipação econômica e política do País.

IV — Cumpra, assim, pôr a serviço da nova estrutura política, homens que não estejam comprometidos com os erros, as abdições e os desvios, que levaram à ruína o regime que expira; homens, enfim, que tragam ao governo a lídima aspiração das massas, os sentimentos que palpitam no coração do povo, as reivindicações que esta Nação, longamente espolhada, se impacienta por ver atendidas.

V — A F. P. N. afirma peremptoriamente, ao Parlamento e ao Povo brasileiro, que não transigrará na defesa dos princípios que inspiraram a sua criação e lhe trouxeram o caloroso apoio das mais ponderáveis e esclarecidas parcelas da opinião nacional.

VI — Redobrar, assim, a F. P. N. os seus esforços no sentido de que o País realize, em curto prazo, uma reforma agrária racional, discipline a remessa de lucros do capital estrangeiro, reforce o monopólio estatal nos setores vitais de nossa economia e oriente a política exterior do País numa posição de independência, em defesa dos autênticos interesses nacionais.

VII — Adverte, aos líderes políticos, responsáveis pela implantação do novo governo, que, desde a primeira hora, acompanhará, atenta, todos os passos dos responsáveis pela política e da administração do País, a fim de não serem comprometidos os propósitos do grande movimento nacional desencadeado nos dias históricos de agosto, que, envolvendo um pronunciamento pela legalidade, não se exauriu nas soluções de puro formalismo jurídico, mas perdura, vivo, enérgico e atuante, na defesa da substância da nossa Magna Carta no campo da lei, da justiça e das reivindicações sociais.

Era o que desejava dizer. (Muito bem).

**O SR. PEREIRA DA SILVA:**  
Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Sérgio Magalhães) — Dou agora a palavra ao nobre Deputado Josué de Castro. Depois concedê-la-ei a Vossa Excelência.

**O SR. PEREIRA DA SILVA:**

(Para uma comunicação) — Senhor Presidente, sabe V. Ex.<sup>a</sup> e sabem os senhores deputados que, ao começo da madrugada de hoje, novos boatos terroristas, novas confusões levaram ao desassossego os membros desta Casa e a população, não apenas da Capital da República, mas de todo o País.

Quando tudo já estava combinado e convenionado para o desembarque que, todos esperamos, se dê dentro de breves minutos, do Ilustre Senhor Presidente da República, Dr. João Goulart, automaticamente investido pela Constituição na plenitude de sua função de Presidente da República desde a fuga vergonhosa de Silva Quadros, quando julgávamos tudo normalizado, eis que os boatos vieram novamente roubar a tranquilidade do povo, isso porque há no meio de tudo isso quem queira tocar fogo na casa sem ter coragem de sentar-se na cumeira.

Todavia, Sr. Presidente, os responsáveis pelo destino da ação, inclusive os representantes das Forças Armadas, hoje pela manhã, tiveram sua última reunião no Palácio do Planalto, para preparar ao País um comunicado oficial.

O Sr. Baqueira Leal — Mais um comunicado.

**O SR. PEREIRA DA SILVA:** — Mais um e quanto mais sejam necessários. Diz o seguinte:

"A Secretaria de Imprensa da Presidência da República informa:

**REUNIÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA COM OS CHEFES MILITARES EM BRASÍLIA, NO DIA 5 DE SETEMBRO DE 1961.**

Compuseram hoje à presença do Presidente Ranieri Mazzilli, às 10 horas, estando presentes também o Ministro e o Senhor Arcebispo de Brasília, os senhores Ministros da Marinha, da Guerra e da Aeronáutica.

O Ministro da Guerra, Marechal Odílio Dens, declarando-se credenciado pelos Ministros Grum Moss e Silvio Heck, assegurou o seguinte:

- 1) as Forças Armadas apoiam e prestizam integralmente o Presidente Ranieri Mazzilli;
- 2) as Forças Armadas dão todo o apoio ao Congresso Nacional;
- 3) as Forças Armadas acatam a deliberação do Congresso Nacional, com a promulgação da Emenda Constitucional, que institui o sistema parlamentar de Governo;
- 4) as Forças Armadas, em consciência, asseguram as garantias Goulart, a sua permanência em necessárias ao desembarque, nesta Capital, nesta data ao Pres. João Goulart e a sua investidura na Presidência da República. Os Ministros da Aeronáutica e da Marinha, falando sucessivamente confirmaram as declarações do Ministro da Guerra."

Está, pois, Sr. Presidente, divulgada a boa nova a todos os brasileiros: a paz voltou aos lares, garantidas estão definitivamente as liberdades públicas e assegurado o pleno funcionamento, em toda a sua plenitude, do Congresso Nacional. E nesta hora devemos todos esperar que os Deputados e Senadores compreendam a nova situação do Brasil, sem preocupação de adiesismo, sem diante dela fugirem os Srs. parlamentares aos seus compromissos ideológicos e aos seus deveres para com a Pátria. Mas que não estejamos aqui a qualificar de golpe baixo ou de manifestação de covardia

aqueilo que todo o Congresso Nacional, a quem devemos obediência em nome das instituições democráticas, em nome da Pátria, deliberou votar, porque assim era necessário, em bem da paz deste País. Cada um deverá viver com dignidade, sem renunciar à luta, nesse novo sistema político que eu combati e contra o qual fiz uma declaração inequívoca, em discurso proferido perante o nosso Parlamento três dias atrás.

Não creio, Sr. Presidente, nas excelências do parlamentarismo-tampão, que tivemos de adotar para evitar uma luta fratricida e inglória. Nesta hora, porém, devemos dar um crédito de confiança ao que todos nós, por intermédio da maioria absoluta do Congresso, deliberamos aceitar, como forma eventual de Governo capaz de restabelecer a ordem e a tranquilidade nos lares brasileiros.

Acabo de ouvir Sr. Presidente, a proclamação lida pelo nosso Ilustre colega Sr. Deputado Josué de Castro, que me antecedeu na tribuna, um dos ilustres membros da Frente Nacionalista. Admito-se nesse documento que debaixo do novo sistema de Governo estariam eles aqui defendendo suas idéias. Nem poderá ser de outra forma, Sr. Presidente. No sistema parlamentarista cabe, em debate largo, a defesa de todas as ideologias. Todas as vontades, todas as iniciativas terão de ser rebatidas livremente no Parlamento Nacional. Mas, se tal terá de acontecer, não há razão para usarmos nesta Casa linguagem menos digna da nossa mentalidade e da nossa cultura. Por que estamos aqui, nesta hora, atacando o Congresso, exatamente a quem devemos o restabelecimento da paz no Brasil, quando há brasileiros cruentos que desejam ate a guerra civil?

Sr. Presidente, precisamos mostrar que com gritaria bombacha, ponche-pala, esporas e espadachins não levaremos esta Nação à paz e à felicidade coletiva. Todos os brasileiros são dignos e bravos — sejam do Sul, do Norte, do Leste, do Nordeste, onde quer que tenham nascido. Por consequência, é preciso que todos nos comprometemos de que somente o Brasil é grande, somente a liberdade é digna de ser respeitada, somente a paz é a suprema aspiração desta grande Nação. (Muito bem).

Durante o discurso do Senhor Pereira da Silva, o Sr. Sérgio Magalhães, 1.<sup>o</sup> Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Calmon, Suplente de Secretário.

**V — O SR. PRESIDENTE:**

(Wilson Calmon) — Terminada a hora destinada ao Pequeno Expediente, tem início o Grande Expediente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio Vianna.

**O SR. CROACY DE OLIVEIRA:**

Sr. Presidente, com licença do orador, queria comunicar à Casa...

**O SR. PRESIDENTE:** (Wilson Calmon) — A palavra só pode ser concedida, havendo um orador na tribuna, com licença prévia de quem a ocupa. Se o Deputado Aurélio Vianna concordar em ceder parte de seu tempo a V. Ex.<sup>a</sup>, a Mesa atenderá a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. AURÉLIO VIANNA:** — Sr. Presidente, seis Deputados me solicitaram permissão para falar. Como não posso atender a todos, e não quero cometer injustiça com qualquer deles, em consequência vou usar da palavra.

**O SR. PRESIDENTE:** (Wilson Calmon) — Com a palavra o nobre Deputado Aurélio Vianna.

**O SR. AURÉLIO VIANNA:**

(Sem reading do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, deve chegar, não sei se chegará a vez do povo,

Deve chegar porque não chegou ainda. Tudo o que se passa é a base de manipulações. Muda-se um regime como se troca de roupa, sem análise, sem estudo profundo, sem consulta ao povo. Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido. O povo concedeu poderes a um Presidente, num país presidencialista, para exercitá-los nos moldes do regime presidencial. O Congresso Nacional não poderia, ou não deveria, tirar do Presidente da República os poderes que lhe foram outorgados.

O Sr. Bocayuva Cunha — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. AURÉLIO VIANNA:** — Peço que V. Exa. espere um pouco.

Ora — é um direito meu opinar — no momento em que o Congresso Nacional, em pleno estado de guerra, de coação intestina, com um Estado dos mais poderosos da Federação rebelado, com as Forças Armadas divididas, a emenda constitucional estabelece o governo de gabinete no País, emenda que tira do povo o direito de escolher diretamente o seu Presidente, o povo perdeu este direito. Daqui a pouco, não poderá escolher o Governador. Daqui a pouco não poderá escolher o Prefeito e, sim, uma Câmara de poucos cidadãos.

A meu ver, o Sr. João Goulart, que foi deposto, só teria um caminho para cair com grandeza! declarar ao povo que, eleito para lhe defender os interesses, para lutar pelo desenvolvimento e progresso do País, e destituído só tinha uma saída a renúncia.

O Sr. Bocayuva Cunha — V. Exa. e esta Casa são testemunhas de que eu, como V. Exa., muito trabalhei para impedir a aprovação da emenda parlamentarista. No entanto, quero deixar consignado, no momento em que V. Exa. aborda o assunto, que considero do nosso dever submeter-nos aquilo que hoje constitui parte integrante de nossa Carta Magna. Entendo, Sr. Deputado, que nos compete, no momento procurar assegurar às correntes progressistas do País, que têm representantes autênticos nesta Casa, posição que lhes permita influir na condução dos negócios públicos e fazer, então, com que a emenda aprovada com a qual temos de governar o País, sirva aos interesses populares na medida do esforço daqueles representantes que lutam por um Brasil mais aberto às reivindicações do povo, sobretudo das camadas mais humildes da população. Se V. Exa., que me está ouvindo com tanta generosidade e paciência, me permitisse, queria deixar neste momento consignado meu entusiasmo e minha emoção por ver no meu Estado — o Estado do Rio — a reação do povo, de todos os organismos sindicais, dos comitês de fábricas foi viril e patriótica. Talvez em poucos Estados da Federação os trabalhadores se tenham levantado de maneira tão unida, coisa patriótica como no Estado do Rio, parando quase toda a terra fluminense em defesa da legalidade, da ordem e da posse do Sr. João Goulart. Muito obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Aurélio Vianna — O que não suprime a tese de que o povo foi esbuihado e de que lhe tiraram o direito de escolher o Presidente da República, futuramente os Governadores dos seus Estados e os prefeitos dos municípios. O que não elimina a tese de que o povo ficou informado, está informado, e a de que o Sr. João Goulart erantou.

Diversos votaram pela emenda contra o Sr. João Goulart. Ninguém tem dúvidas quanto a isto. O povo elegeu um Presidente da República para governar o País dentro de certos e determinados princípios e moldes. Nesta época em que nos encontramos, num país subdesenvolvido, num país que se desenvolve ainda, os Presidentes vi-nham sendo um fator de equilíbrio na política nacional e quase todas as iniciativas que resultaram nessas leis sociais que temos, na Petrobrás, nas or-